



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE DIREITO
DEPARTAMENTO DE DIREITO PÚBLICO

CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS E TÍTULOS PARA PROVIMENTO DO MAGISTÉRIO FEDERAL

ÁREA DE CONHECIMENTO: DIREITO ADMINISTRATIVO E DISCIPLINAS AFINS

PROGRAMA DO CONCURSO (PARA AS PROVAS ESCRITA E DIDÁTICA)

1 - Administração pública: Conceito, evolução, poderes. Administração como organização e como atividade do Estado. Funções do Estado e critérios de distinção da função administrativa. Tendências e modificações recentes na Administração Pública e no direito administrativo brasileiro. Atuação unilateral e consensual da Administração Pública. Transformação digital e inteligência artificial na Administração Pública.

2 - Direito administrativo: Conceito. Evolução histórica. Relações com outros ramos do Direito. Fontes; competências constitucionais em matéria de direito administrativo. Interpretação e aplicação das normas de direito administrativo; Lei de Introdução às Normas do Direito brasileiro (LINDB).

3 - Princípios do Direito Administrativo: Normas, regras e princípios. Princípios expressos e princípios implícitos no ordenamento jurídico. Atuação da Administração Pública pelos princípios jurídicos. Princípios jurídicos e consequências da decisão administrativa.

4 - Organização administrativa: Descentralização política e descentralização administrativa. Desconcentração administrativa. Administração direta e indireta. Autarquias, fundações, empresas estatais e subsidiárias. Agências reguladoras e executivas. Consórcios públicos. Evolução e tendências da organização administrativa brasileira.

5 – Atividade de fomento e entidades em colaboração com a Administração Pública: Terceiro setor. Entidades em regime de colaboração. Serviços sociais autônomos. Entidades de apoio. Organizações sociais (OS). Organizações da sociedade civil de interesse público (Oscip). Parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil (OSC).

6 - Ato administrativo: Conceito, estrutura, regime, atributos, classificações. Vinculação e discricionariedade. Perfeição, validade e eficácia. Extinção, convalidação, saneamento, alteração, controle. Atos administrativos em espécie.

7 - Processo administrativo: Conceito e espécies. Princípios. Direitos e deveres do administrado. Competência. Forma, tempo e lugar dos atos. Instrução e decisão. Recursos.

8 - Licitação: Princípios. Agentes públicos. Agente de contratação. Processo licitatório e suas fases. Contratação direta. Alienações. Instrumentos auxiliares das licitações. Irregularidades e nulidades. Portal Nacional de Contratações Públicas.

9 - Contratos e demais ajustes celebrados pela administração pública: Contratos, convênios, acordos, ajustes e instrumentos congêneres. Conceitos, características, princípios, modalidades, formalização, garantias, alocação de riscos, prerrogativas da administração, duração, execução, alteração, inexecução, extinção, nulidades, meios de resolução de

controvérsias. controle.

10 - Domínio público: Bens públicos: classificação, regimes jurídicos, administração, aquisição e alienação. Uso dos bens públicos pela Administração Pública e pelos particulares.

11 - Agentes públicos: Conceito e espécies. Cargo público, emprego público e função pública. Criação e extinção de cargos e empregos públicos. Servidores públicos da administração direta, autarquias e fundações públicas: regimes jurídicos; regime constitucional; direitos e deveres. Empregados públicos das pessoas de direito privado da administração indireta: regime jurídicos, direitos e deveres. Ingresso no serviço público. Provimento de cargos públicos. Contratação por tempo determinado. Acumulação remunerada de cargos, empregos e funções. Remuneração e indenizações. Estabilidade. Direitos de exercício coletivo; sindicalização e greve. Regime próprio de previdência dos servidores públicos. Regime previdenciário complementar. Responsabilidade dos servidores públicos: civil, administrativa e penal; responsabilidade por improbidade administrativa. Processo administrativo disciplinar.

12 - Poder de polícia: Conceito. Fundamentos. Classificações. Meios de atuação. Delegação. Limites.

13 - Serviço público e intervenção do Estado no domínio econômico: Conceito de serviço público. Serviço público e outras atividades da administração: distinção. Intervenção do Estado no domínio econômico. Limites constitucionais para a caracterização de um serviço como público. Concessão e permissão de serviço público e seus regimes jurídicos. Autorização. Poderes, deveres e direitos do delegante, do delegatário e dos usuários. Política tarifária. Parcerias público-privadas. Solução de conflitos nas concessões e parceiras público-privadas.

14 - Intervenção do Estado na propriedade: Função social da propriedade. Fundamentos e regime jurídico do poder estatal intervintivo. Instrumentos de intervenção e seu regime jurídico. Limitação administrativa. Ocupação temporária. Requisição. Servidão administrativa. Tombamento. Desapropriação.

15 - Responsabilidade patrimonial extracontratual do Estado: Fundamentos e características. Evolução da responsabilidade do Estado. Causas excludentes e atenuantes da responsabilidade. Reparação do dano. Ação regressiva. Responsabilidade por atos legislativos e jurisdicionais.

16 - Controle da administração pública e improbidade administrativa. Controle: conceito e espécies. Controles administrativo, parlamentar, jurisdicional e popular. Controles interno e externo. Proteção aos direitos individuais, coletivos e difusos. Acesso a informações. Instrumentos processuais de controle jurisdicional: habeas corpus; mandado de segurança individual e coletivo; ação popular; habeas data; mandado de injunção; ação civil pública; ação de improbidade administrativa; ação de civil de responsabilidade das pessoas jurídicas.

17 - Controle consensual da Administração Pública: origem e evolução. controle sancionatório e controle consensual. Termo de ajustamento de conduta. Acordos de Leniência; Autocomposição de conflitos no âmbito da administração pública; Mediação e Arbitragem; Termo de compromisso. Termo de ajustamento de gestão. Solução consensual. Improbidade administrativa: regime constitucional e legal; procedimento administrativo e processo judicial de responsabilização por improbidade administrativa e responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública.



Documento assinado eletronicamente por **Carla Ribeiro Volpini Silva**, Chefe de departamento, em 07/11/2025, às 13:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador 4718928 e o código CRC 6748605D.

